

# PROJETO EXECUTIVO

## Plataforma de informações e apoio para brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior

Observatório da Mulher contra a Violência

Senado Federal | Setembro de 2025

### CONTEXTO e JUSTIFICATIVA

A Subcomissão Temporária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDHHAIA), criada pelo Requerimento nº 2/2025 de iniciativa do senador Flávio Arns, tem como missão debater a aplicação da Convenção da Haia de 1980 nos casos que envolvem mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica que, ao retornarem ao país com seus filhos, acabam processadas por “sequestro internacional”. Presidida pela senadora Mara Gabrilli, a Subcomissão estabeleceu um plano de trabalho para analisar os impactos da Convenção em perspectiva técnica, jurídica e humanitária, propondo soluções legislativas e institucionais para assegurar a proteção das mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade.

O tema possui íntima ligação com a realidade enfrentada por brasileiras que sofrem violência no exterior. Em muitos casos, além da violência doméstica sofrida diretamente, essas mulheres vivenciam também a chamada violência vicária, quando filhos são utilizados pelo agressor como forma de intimidação, punição ou controle. Isso se materializa em disputas de guarda e casos de subtração internacional de menores, fenômenos cada vez mais frequentes entre famílias brasileiras migrantes.

Diante desse quadro, surgem demandas complexas: mulheres em processo de repatriação, crianças expostas a riscos de violência e um Estado que precisa responder de forma articulada, equilibrando compromissos internacionais com a garantia de direitos humanos fundamentais.

Foi nesse contexto que o gabinete da senadora Mara Gabrilli buscou apoio do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) para colaborar com os trabalhos da Subcomissão. O OMV já vinha aprofundando esse debate a partir do lançamento, em 2023, da Aba Internacional do Mapa Nacional da Violência de Gênero, criada em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. Essa área inédita reúne dados coletados em 186 repartições consulares sobre violência doméstica e de gênero sofrida por mulheres brasileiras no exterior,

incluindo registros de subtração internacional de menores e disputas de guarda.

Essa experiência mostrou que há enorme demanda por informações centralizadas, acessíveis e confiáveis, capazes de orientar brasileiras em situação de vulnerabilidade fora do país. Com base nisso, entendemos que uma das respostas mais efetivas às demandas da Subcomissão é avançar na construção de um espaço digital dedicado a apoiar essas mulheres, conectando dados, informações e canais institucionais de proteção.

## **OBJETIVO GERAL**

Criar uma plataforma digital de referência para brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior, com informações claras, dados confiáveis e serviços organizados.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Centralizar publicações oficiais, materiais e cartilhas.
2. Organizar serviços governamentais e não governamentais por tipo de apoio.
3. Disponibilizar dados sobre a temática.
4. Trazer informações sobre a Convenção da Haia.
5. Apresentar o trabalho e os resultados da Subcomissão.
5. Garantir curadoria de conteúdos.
6. Mapear e disponibilizar espaços de interação já existentes.
8. Projetar como horizonte o fortalecimento do Disque 180 como canal central de interação.

## ESCOPO TEMÁTICO

A plataforma abrangerá:

Violência doméstica e de gênero no exterior, com orientação prática e linguagem acessível.

Questões relativas aos filhos: guarda, subtração internacional, violência vicária e salvaguardas.

Convenção da Haia: explicação objetiva, etapas processuais, papéis institucionais e contatos.

Serviços e canais de atendimento por tipo de apoio e por país.

Publicações oficiais já existentes sobre o tema.

Dados: painéis do Mapa e outras informações confiáveis que descrevem a realidade enfrentada por brasileiras no exterior.

## PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO POR ETAPA

O desenvolvimento do projeto foi organizado em etapas para dar maior clareza sobre o que cada passo deve englobar e facilitar o acompanhamento do trabalho. Essa divisão permite compreender de forma objetiva os resultados esperados em cada fase, garantindo que os esforços se somem de maneira coordenada até a finalização do projeto.

### Etapa 1: Parcerias

#### Oficializar parcerias

Parceiros já mapeados: Ministério das Mulheres, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Ordem dos Advogados do Brasil.

Confirmar outros parceiros pertinentes.

Instrumento simples para formalização: carta de adesão, termo de cooperação ou protocolo de intenções.

#### Levantamento de conteúdos de parceiros

Levantamento passivo: compilar cartilhas, guias, sites, notas técnicas, contatos e fluxos já publicados pelos parceiros.

Levantamento ativo: ofícios a todos os parceiros solicitando o envio de tudo o que podem compartilhar (materiais, serviços, fluxos, contatos).

## **Etapa 2: Conteúdo**

### **Curadoria das informações**

Instalar o Grupo de Curadoria indicado pela Subcomissão, com calendário e critérios de aprovação.

Consolidar e revisar conteúdos com foco em clareza e linguagem cidadã.

Garantir a inclusão de todas as publicações oficiais já feitas sobre o assunto.

Classificar conteúdos por tema e por país e padronizar nomenclaturas e disclaimers.

Organização das informações por seções.

Separar por tipo de apoio: jurídico, psicológico, social, consular e emergencial.

Explicar claramente o que cada serviço de fato faz e como acessá-lo.

Disponibilizar caminhos por urgência, por país e por tema.

### **Serviços**

Levantamento de quem presta serviço ao público-alvo da plataforma.

Governamentais: rede consular brasileira, ACAF/DRCI no MJSP, DPU, MPF, órgãos de proteção e canais oficiais.

Não governamentais: organizações da sociedade civil, redes de apoio e associações de brasileiras no exterior.

## **Etapa 3: Dados**

Apresentar os dados do Mapa Nacional da Violência de Gênero (aba internacional, com notas metodológicas).

Incluir outros dados confiáveis que qualifiquem o diagnóstico da pauta no exterior.

Indicar limitações conhecidas e esforços de melhoria dos registros.

Reconhecer que existem bases de dados que dimensionam o problema, mas que ainda não estão disponíveis de forma clara ao público. O ideal será que, futuramente, essas bases também estejam integradas ao Mapa. Até lá, será importante ao menos mapeá-las, indicando sobre o que tratam, quais variáveis reúnem e quais são os órgãos responsáveis.

Exemplos: base da Polícia Federal e do MJSP sobre subtração de menores.

Incluir também os dados do CNJ relativos às pautas tratadas, ampliando as variáveis disponíveis e contemplando todas as dimensões da temática.

Incluir outros dados confiáveis que qualifiquem o diagnóstico da pauta no exterior.

Indicar limitações conhecidas e esforços de melhoria dos registros.

#### **Etapa 4: Fontes e informações confiáveis**

Listar e validar todas as fontes seguras que devem entrar.

Evitar duplicidades, manter versões atualizadas e registrar a data de última revisão.

Transparência sobre origem dos dados e dos conteúdos.

#### **Etapa 5: Interação das mulheres com a plataforma**

Reconhecemos a importância de um espaço para relatos e interação. Neste momento, **não é possível criar a infraestrutura necessária para acolher diretamente essas interações com o devido acompanhamento profissional.** A plataforma, portanto, mapeará e disponibilizará com clareza os espaços de interação já existentes, priorizando canais que possam de fato ajudar, com acolhimento e encaminhamento qualificado.

#### **Etapa 6: Proposta de atendimento ideal**

Como horizonte estratégico, propõe-se fortalecer uma central única com o Disque 180 preparado para demandas internacionais, com triagem e encaminhamento a consulados, defensorias e demais órgãos competentes, respeitando especificidades por país.

#### **Etapa 7: A construção da Plataforma**

##### **1. Hierarquia das informações**

Definição da arquitetura de conteúdo, organizando os temas em categorias claras (emergência, direitos, filhos, Convenção da Haia, serviços, publicações e dados), de modo a orientar a navegação da usuária e facilitar a busca por informações confiáveis.

##### **2. Wireframe da plataforma**

Elaboração do esqueleto visual da plataforma, com a disposição dos blocos de informação e caminhos de navegação. Essa etapa garante clareza sobre a usabilidade antes do início do design e da programação.

##### **3. Tratamento das informações**

Curadoria e adaptação dos conteúdos para linguagem acessível, padronização de formatos e revisão final para garantir clareza, precisão e confiabilidade.

#### 4. Identidade visual

Definição da identidade gráfica da plataforma (cores, tipografia, elementos visuais) para assegurar coerência institucional, acolhimento e seriedade na comunicação.

#### 5. Estudo para definição do nome (naming)

Pesquisa e análise de alternativas de nomes para a plataforma, buscando clareza, impacto e adequação institucional, com validação final pelos parceiros.

#### 6. Prototipação

Criação de versões interativas que simulam o funcionamento da plataforma, permitindo ajustes de conteúdo, layout e navegação antes do desenvolvimento definitivo.

#### 7. Desenvolvimento

Construção técnica da plataforma digital, com programação, integração de dados, aplicação da identidade visual e implementação das funcionalidades planejadas.

### Etapa 8: Lançamento

O êxito da plataforma depende não apenas de sua construção técnica e curadoria de conteúdos, mas também da ampla divulgação junto ao público-alvo. Por isso, o lançamento deve ser planejado como uma etapa estratégica, articulada desde o início com todos os parceiros.

**Oficialização no termo de parceria:** incluir cláusula que comprometa cada parceiro a apoiar ativamente a divulgação da plataforma em suas redes, canais institucionais e materiais de comunicação.

**Audiência de lançamento:** realizar o lançamento oficial em sessão da Subcomissão, com caráter público, reforçando o papel do Senado como articulador da iniciativa.

**Atuação do MRE:** reforçar a importância do protagonismo do Ministério das Relações Exteriores na divulgação da plataforma para mulheres brasileiras no exterior, especialmente por meio da rede consular.

**Mapeamento de apoiadores:** identificar atores institucionais e da sociedade civil que possam colaborar na divulgação, multiplicando o alcance.

**Parcerias estratégicas:** buscar alianças com entidades nacionais e internacionais para ampliar a difusão da plataforma, garantindo que chegue ao maior número possível de mulheres brasileiras em situação de vulnerabilidade.

## **Etapa 9: Governança do Projeto**

Para assegurar a legitimidade e a continuidade da iniciativa após o encerramento da Subcomissão, será criada uma estrutura mínima de governança vinculada à Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH).

Esse grupo terá caráter técnico e será formado por representantes do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), por um representante indicado pelo gabinete da senadora Mara Gabrilli, em razão de seu protagonismo na pauta, e por representantes dos principais parceiros institucionais.

### **Suas atribuições serão:**

- acompanhar a execução e a manutenção da plataforma;
- propor ajustes estratégicos;
- validar atualizações de conteúdos e serviços;
- garantir a articulação entre Senado, órgãos parceiros e sociedade civil.

## **Etapa 10: Manutenção da Plataforma**

Será instituído um grupo técnico permanente responsável pela manutenção da plataforma, garantindo a atualização contínua dos conteúdos, dados e serviços. Esse grupo terá atribuição de revisar periodicamente as informações, monitorar links ativos, consolidar materiais enviados pelos parceiros e zelar pela qualidade do conteúdo disponibilizado.

## **Etapa 11: Avaliação e Indicadores de Sucesso**

A avaliação do projeto será orientada por indicadores previamente definidos, que permitirão acompanhar a efetividade da plataforma e identificar oportunidades de aprimoramento:

- Percentual de publicações oficiais incorporadas;
- Cobertura de países com informações e serviços mapeados;
- Taxa de acesso às páginas críticas;
- Taxa de cliques para serviços e canais de atendimento;
- Grau de satisfação das usuárias, aferido por pesquisas rápidas;
- Frequência de atualização dos conteúdos.

## Etapa 12: Sustentação e Evolução

A sustentabilidade do projeto será assegurada por ações regulares:

- Atualizações trimestrais de conteúdos e serviços;
- Inclusão progressiva de outros idiomas, começando por inglês e espanhol;
- Expansão da base de serviços e dados;
- Revisão anual da arquitetura da plataforma, para manter coerência e navegabilidade.

## MATRIZ DE RESPONSABILIDADES e CRONOGRAMA

Para dar maior clareza à execução do projeto, organizamos as etapas em uma **matriz de responsabilidades e cronograma**, detalhando cada ação prevista, os responsáveis pela sua condução e os prazos de entrega. Essa estrutura permite acompanhar o andamento das atividades de forma objetiva, garantir a coordenação entre os parceiros e assegurar que todos os passos necessários para a construção da plataforma sejam cumpridos dentro do tempo estabelecido.

ETAPA	ITEM	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1. Parcerias	Oficializar parcerias	Formalizar com MMulheres, MRE, MJSP, MPF, DPU, OAB e outros por carta de adesão, termo ou protocolo	CDHHAIA	Até 3/10
	Levantamento passivo	Compilar cartilhas, guias, sites, notas técnicas e fluxos já publicados	CDHHAIA	Até 3/10
	Levantamento ativo	Envio de ofícios solicitando materiais, serviços e contatos	CDHHAIA	Até 3/10
2. Conteúdo	Curadoria das informações	Instalar Grupo de Curadoria, revisar conteúdos, incluir publicações oficiais, classificar por tema/país	Grupo de Curadoria	Até 17/10
	Organização das informações	Separar por tipo de apoio; explicar claramente serviços; organizar caminhos por urgência/país/tema	Grupo de Curadoria	Até 17/10

	Serviços governamentais	Levantar rede consular, ACAF/DRCI, DPU, MPF e canais oficiais	Grupo de Curadoria	Até 17/10
	Serviços não governamentais	Mapear ONGs, associações e redes de apoio	Grupo de Curadoria	Até 17/10
<b>3. Dados</b>	Dados do Mapa	Integrar aba internacional e notas metodológicas	OMV	Out/2025
	Outras bases confiáveis	Mapear CNJ, PF, MJSP (subtração de menores), descrevendo conteúdo e responsáveis	OMV	Out/2025
	Limitações e melhorias	Indicar fragilidades dos registros e esforços de qualificação futura	OMV e parceiros	Nov/2025
<b>4. Fontes</b>	Fontes confiáveis	Listar e validar fontes seguras; evitar duplicidades; registrar data de revisão	Grupo de Curadoria	Até 17/10
<b>5. Interação</b>	Espaços de interação	Mapear e disponibilizar canais já existentes de acolhimento e encaminhamento	OMV + parceiros	Até 17/10
<b>6. Atendimento ideal</b>	Central única (Disque 180)	Definir como horizonte estratégico a preparação do 180 para demandas internacionais	Governança	2026
<b>7. Construção</b>	Hierarquia das informações	Definir arquitetura de conteúdo em categorias	OMV + TI STRANS	Out/2025
	Wireframe	Criar esqueleto visual da navegação	TI STRANS	Out/2025
	Tratamento das informações	Adaptar conteúdos para linguagem acessível e padronizada	Grupo de Curadoria	Out/2025
	Identidade visual	Definir cores, tipografia e elementos visuais	OMV	Out/2025
	Naming	Propor nome e validar com parceiros	OMV	Out/2025
	Prototipação	Criar versões interativas para testes	TI STRANS	Out/2025
	Desenvolvimento	Programação, integração de dados, implementação da identidade visual	TI STRANS	Nov/2025
<b>8. Lançamento</b>	Audiência pública	Realizar lançamento oficial em sessão da Subcomissão	CDHHAIA	Nov/2025
	Divulgação pelos parceiros	Inserir compromisso no termo de adesão para divulgação em redes e canais	CDHHAIA	Nov/2025

	Atuação do MRE	Ampliar divulgação via rede consular	MRE	Nov/2025
	Parcerias estratégicas	Buscar alianças nacionais/internacionais para ampliar alcance	OMV + CDH	Nov/2025
<b>9. Governança</b>	Estrutura mínima	Criar grupo técnico vinculado à CDH com OMV, gabinete da Sen. Mara Gabrilli e parceiros	CDHHAIA	A partir de Nov/2025
<b>10. Manutenção</b>	Grupo técnico permanente	Responsável por atualização contínua de conteúdos e serviços	Governança	Permanente
<b>11. Avaliação</b>	Indicadores de sucesso	Acompanhar % de publicações, cobertura de países, acessos, cliques, satisfação, frequência de atualização	Governança	Avaliação anual
<b>12. Sustentação</b>	Evolução contínua	Atualizações trimestrais; inclusão de idiomas; expansão de dados e serviços; revisão anual da arquitetura	Grupo de Manutenção	Permanente